

Evento	Reunião do Grupo de Trabalho para Uniformização de Procedimentos Relacionados às Secretarias Conjuntas
Data	27/6/2024
Horário	14h
Local	Presencial na Sala de Reuniões da Corregedoria
Presentes	Juíza Lúcia Zimmermann (Coordenadora) Juiz Carlos Eduardo Oliveira Dias Juiz Wellington Cesar Paterlini Paula Toniatti Iara Cristina Gomes Ana Silvia Damasceno Cardoso Buson Edson Lacir Donadon Antonio Carlos Betanho Vlademir Nei Suato Carlos Eduardo Buzan Larica
Ausências justificadas	Paulo Eduardo de Almeida (férias)

A Excelentíssima Magistrada Lúcia Zimmermann, Coordenadora do Grupo de Trabalho para Uniformização de Procedimentos Relacionados às Secretarias Conjuntas, agradeceu a todos pela presença.

Após, comunicou aos membros do GT a edição da Resolução Administrativa nº 10/2024, que cria a Divisão de Apoio aos Magistrados, vinculada às Secretarias Conjuntas no âmbito do 1º grau.

Continuando, discorreu sobre as unidades que não possuem Varas de Trabalho agregadas: Campinas, Jundiaí, Piracicaba e São José dos Campos. Em relação a Campinas, afirmou ter ocorrido publicação de portaria reorganizando macrogestores. Sobre as demais, resta pendente resolução de transformação de cargos. Acrescentou, ainda, problema a superar: o sistema nacional aceita apenas um único gestor. Foi dado encaminhamento de melhoria, possibilitando o cadastramento de um número maior.

A Secretária de Gestão de Pessoas, Paula Toniatti, esclareceu que há demanda para que os três macrogestores fiquem no mesmo nível, estando ausente o requisito hierarquização. No entanto, dada a estruturação do sistema nacional, ainda que recebam

a mesma remuneração, apenas um componente humano poderá ser cadastrado como gestor. A solução: encaminhar demanda para Brasília ou buscar solução interna mediante trabalho de inteligência de forma a evitar a imagem de hierarquização entre os componentes. O Secretário da Corregedoria, Vlademir Nei Suato, sugeriu as figuras do diretor de secretaria conjunta e de dois assessores de gestão (assessor de gestão 1 e assessor de gestão 2). Segundo Paula Toniatti, far-se-ia apenas uma adequação normativa.

O Excelentíssimo Magistrado Carlos Eduardo Oliveira Dias expôs o incômodo na 1ª instância com a figura do macrogestor, dando uma percepção de subordinação hierárquica, destacando a importância de serem revisadas as atribuições. A Secretária Paula Toniatti lembrou que, na norma, consta Diretor de Secretaria Conjunta, que a expressão “Macrogestor” não está textualmente expressa.

O Excelentíssimo Magistrado Carlos Eduardo Oliveira Dias elucidou que o Juiz Auxiliar da Secretaria-Geral da Presidência do CSJT, Bráulio Gabriel Gusmão, está à disposição para adaptações e eventuais encaminhamentos necessários.

O colegiado, então, sugere à Presidência e à Corregedoria Regional alteração normativa para o estabelecimento das figuras do “Diretor de Secretaria Conjunta” e de “Assessores de Gestão”. Ademais, edição de ato normativo para transferência de cargos às Secretarias Conjuntas de Jundiá, Piracicaba e São José dos Campos.

O Excelentíssimo Magistrado Carlos Eduardo Oliveira Dias ressaltou a necessidade de revisão normativa para a eliminação da expressão “macrogestor”.

Após, a Secretária da Administração Ana Silvia Damasceno Buson salientou que inúmeras unidades têm feito pedido de alterações estruturais, variando de acordo com cada demanda, destacando o número reduzido de servidores para atendimento de tais solicitações e custos adicionais para a Administração.

A Excelentíssima Magistrada Lúcia Zimmermann discorreu sobre a necessidade de padronização da estrutura das secretarias conjuntas. O Excelentíssimo Magistrado Carlos Eduardo Oliveira Dias enfatizou que há de se observar as particularidades de cada unidade, explicitando que a padronização por completo pode comprometer a autonomia de quem lá trabalha e a própria estrutura física. O colegiado sugere, então, o estabelecimento de um padrão, respeitadas as peculiaridades locais. A partir do estabelecimento de pontos gerais, podem ser analisadas as particularidades com a

chancela da Presidência deste Regional. Ficou decidido, então, voltar a discutir essas possibilidades de padronização na próxima reunião.

O Secretário Judiciário Edson Lacir Donadon, na sequência, pediu a palavra, salientando receber diversos pedidos de novas configurações de órgãos julgadores junto ao sistema PJe. Quanto ao tema, o Excelentíssimo Magistrado Carlos Eduardo Oliveira Dias afirmou ser a padronização peça fundamental. Por fim, atualizando a explanação apresentada em reunião anterior, afirmou ter vinculado os órgãos julgadores às respectivas unidades no sistema PJe. Nas palavras do servidor Antonio Carlos Betanho, em meados do próximo mês, teremos os resultados.

Aproveitando a oportunidade, Antonio Carlos Betanho comunicou que a versão 1.0 do extrator nacional do DataJud está em fase de homologação junto à Secretaria de Tecnologia e Comunicações, tendo sido disponibilizado pelo endereço: “<https://demandas.csjt.redejt/jira/browse/PJE-16780>”.

Sendo os assuntos suplantados e as sugestões estabelecidas, a reunião foi encerrada às 15h30 pela Excelentíssima Magistrada Coordenadora Lúcia Zimmermann. Próximo encontro a ser realizado no dia 22 de julho, às 14 horas, na Sala de Reuniões da Presidência.

Ata preparada por	Carlos Eduardo Buzan Larica Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	28/6/2024
Ata aprovada por	Juíza Lucia Zimmermann, Coordenadora do Grupo de Trabalho para Uniformização de Procedimentos Relacionados às Secretarias Conjuntas	Em	6/8/2024